

# Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio

CNPJ/MF N° 00.880.446/0001-58



## Relatório da Administração

Srs. Acionistas, em cumprimento à legislação vigente, submetemos a apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31/12/2013, elaboradas em conformidade com a legislação societária, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

## Balancos Patrimoniais 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2013	2012	Passivo	Nota	2013	2012
<b>Ativo circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.738	3.731	Fornecedores		9.042	7.131
Contas a receber	5	19.543	17.836	Partes relacionadas	8	989	1.616
Adiantamentos a empregados		207	112	Empréstimos e financiamentos	7	37.381	83.581
Adiantamentos a fornecedores		3.570	608	Debêntures	7.2	998	-
Impostos a recuperar		148	176	Salários, provisões e encargos sociais		3.078	1.652
Créditos diversos		494	213	Impostos, taxas e contribuições a recolher	9.1	4.378	8.787
Despesas antecipadas		229	178	Parcelamento débitos tributários	9.2	3.238	3.615
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>27.929</b>	<b>22.854</b>	Adiantamento de clientes		541	554
				Leasing a pagar		493	371
<b>Ativo não circulante</b>				Dividendos a pagar	13	290	316
Depósitos bancários vinculados		-	1.661	Seguros a pagar		18	21
Depósitos judiciais		967	758	Verba de Fiscalização a pagar		392	367
Outros créditos		46	46	Provisão para manutenção	11	598	598
Intangível	6	712.411	643.405	Receitas diferidas	10	2.481	2.435
		<b>713.424</b>	<b>645.870</b>	Outras obrigações		305	85
				<b>Total do passivo circulante</b>		<b>64.222</b>	<b>111.129</b>
				<b>Não circulante</b>			
				Empréstimos e financiamentos	7	6.450	6.932
				Debêntures	7.2	194.673	-
				Parcelamento débitos tributários	9.2	953	4.046
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	14	98.586	109.254
				Provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais	17	266	162
				Receitas diferidas	10	7.081	8.440
				Leasing a pagar		538	675
				<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>308.547</b>	<b>129.509</b>
				<b>Patrimônio líquido</b>	12		
				Capital social		96.163	96.163
				Ajuste de avaliação patrimonial		169.355	191.593
				Reserva de lucros		103.066	140.330
				Lucro acumulado		-	-
				<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>368.584</b>	<b>428.086</b>
				<b>Total do passivo</b>		<b>741.353</b>	<b>668.724</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>741.353</b>	<b>668.724</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações dos Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2013	2012
Receita operacional líquida	18	329.221	294.641
Custo dos serviços prestados	19	(255.431)	(203.120)
Lucro bruto		73.790	91.521
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas		(18.806)	(16.454)
Amortização		(3.630)	(2.820)
Despesas com pessoal		(10.600)	(8.416)
Outras receitas operacionais, líquidas	23	18.292	210
<b>Total das despesas operacionais</b>		<b>(14.744)</b>	<b>(27.480)</b>
Lucro operacional antes do resultado financeiro		59.046	64.041
Resultado financeiro	20		
Receitas financeiras		313	525
Despesas financeiras		(22.513)	(13.428)
		<b>(22.200)</b>	<b>(12.903)</b>
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		36.846	51.138
Imposto de renda e contribuição social	14		
Corrente		(17.041)	(28.097)
Diferido		10.668	10.193
		<b>(6.373)</b>	<b>(17.904)</b>
Lucro líquido do exercício		<b>30.472</b>	<b>33.234</b>
Quantidade de ações (lotes de mil)		7.190	7.190
Lucro por ação - R\$		4,24	4,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	30.472	33.234
Outros resultados abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	<b>30.472</b>	<b>33.234</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	36.846	51.138
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais		
Amortização	78.951	68.272
Ganhos na alienação de bens do intangível	(42)	(202)
Variações monetárias de empréstimos e financiamentos/ parcelamentos	14.981	7.070
Variações monetárias de parcelamentos tributários	269	-
Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	104	(132)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	-	(7.011)
<b>Varição em ativos e passivos operacionais (Aumento) diminuição dos ativos</b>	<b>(1.707)</b>	<b>(1.737)</b>
Contas a receber de clientes	28	716
Impostos a recuperar	(51)	49
Despesas antecipadas	(3.564)	(30)
Outros valores a receber		
<b>Aumento (diminuição) dos passivos</b>	<b>1.911</b>	<b>(2.519)</b>
Fornecedores	(627)	(1.117)
Contas a pagar empresas ligadas	1.426	(239)
Obrigações sociais e trabalhistas	4.409	(126)
Impostos, taxas e contribuições	161	134
Adiantamentos de clientes e outras contas a pagar	(1.313)	(243)
Receitas diferidas		
<b>Outras atividades operacionais</b>	<b>(18.607)</b>	<b>(6.849)</b>
Juros e remunerações pagas sobre empréstimos	(29.531)	(28.057)
Pagamento de IRPJ e CSLL correntes	83.644	79.369
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>202</b>	<b>392</b>
Alienação/baixa de intangível	(148.115)	(66.209)
Aquisição de bens do intangível	(147.913)	(65.817)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>(90.000)</b>	<b>(42.000)</b>
Dividendos pagos	1.661	(96)
Depósitos bancários vinculados		
Captações através de empréstimos, financiamentos e debêntures	370.776	40.790
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures	(218.161)	(11.201)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	64.276	(12.507)
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	7	1.045
No início do exercício	3.731	2.686
No fim do exercício	<b>3.738</b>	<b>3.731</b>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	7	1.045

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações do Valor Adicionado Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
<b>Receitas</b>	<b>403.006</b>	<b>359.443</b>
Receitas de pedágio	244.150	236.555
Receitas de construção	102.085	67.517
Outras receitas	56.771	48.360
Provisões para devedores duvidosos	-	7.011
<b>Insuamos adquiridos de terceiros</b>	<b>(185.381)</b>	<b>(149.289)</b>
Custo dos serviços prestados	(14.191)	(9.953)
Custo de construção	(102.085)	(67.517)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(69.105)	(71.819)
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>217.625</b>	<b>210.154</b>
Amortização	(78.951)	(68.272)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	138.674	141.882
Valor adicionado recebido em transferência	313	525
Receitas financeiras	313	525
Valor adicionado total a distribuir	138.987	142.407
Distribuição do valor adicionado	138.987	142.407
Remuneração do trabalho (salários e encargos)	138.987	142.407
Remuneração do governo (impostos, taxas e contribuições)	43.702	57.044
Remuneração do capital de terceiros (juros e aluguéis)	23.671	13.869
Remuneração do capital próprio (dividendos e Lucros retidos)	52.710	56.521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Ajuste avaliação patrimonial	Patrimônio líquido
		Estatutária	Legal			
Saldos em 31 de dezembro de 2011	96.163	519	5.190	120.162	125.872	436.915
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	33.234	33.234
Dividendos pagos	-	-	-	(41.749)	-	(41.749)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(314)	(314)
Constituição das Reservas	-	166	1.662	54.379	(56.207)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	23.287	(23.287)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b>	<b>96.163</b>	<b>685</b>	<b>6.852</b>	<b>132.792</b>	<b>191.593</b>	<b>428.086</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	30.472	30.472
Dividendos pagos (nota 13)	-	-	-	(89.686)	-	(89.686)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(288)	(288)
Constituição das Reservas	-	152	1.524	50.746	(52.422)	-
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	22.238	(22.238)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>96.163</b>	<b>837</b>	<b>8.376</b>	<b>93.852</b>	<b>169.355</b>	<b>368.584</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

### 1 Informações sobre a Companhia

A Companhia foi constituída em 16 de outubro de 1995, sob a denominação de Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - RIO ("Concer" ou "Companhia"), tendo como objeto social a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração da Rodovia BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões) e os respectivos acessos, durante o prazo de 25 anos, contados a partir de 01 de março de 1996, data da transferência do controle da rodovia para a concessionária. A sede social da Companhia está localizada na Rodovia Washington Luiz, 13.892 - Jardim Primavera - Duque de Caxias - Rio de Janeiro - RJ.

É vedado à Companhia praticar quaisquer atos estranhos a seu objeto social, salvo com expressa autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), instituída pela Lei nº 10.233, de 05 de junho de 2001, regulamentada pelo Decreto nº 4.130, de 13 de fevereiro de 2002, que substituiu o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER).

O regime jurídico do Contrato de Concessão confere à ANTT a prerrogativa de alterá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, rescindi-lo, fiscalizar-lhe a execução e aplicar sanções motivadas pela sua inexecução parcial ou total, sendo que as cláusulas econômico-financeiras do Contrato de Concessão não poderão ser alteradas sem prévia concordância da concessionária.

A concessão de exploração da rodovia extingue-se por advento do termo contratual, encampação, caducidade, rescisão, anulação, falência ou extinção da concessionária.

Extinta a concessão, reverterem à ANTT todos os bens transferidos para a administração da concessionária, os bens reversíveis incorporados à rodovia durante a concessão e os direitos e privilégios decorrentes da concessão, livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou encargos, inclusive sociais trabalhistas e cessam, para a concessionária, todos os direitos emergentes do contrato. Em caso de extinção, a concessionária será indenizada pelo valor contábil dos investimentos incorporados à concessão.

A principal fonte de receita é a arrecadação da tarifa de pedágio, que é reajustada anualmente. Todavia, em razão da peculiaridade do serviço prestado, são facultadas outras fontes de receitas, sejam elas diretas ou indiretamente provenientes de atividades vinculadas à exploração da rodovia, das suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviços e lazer, inclusive as decorrentes de publicidades. A exploração destas fontes depende de prévia autorização da ANTT. O prazo de concessão da rodovia é de 25 anos.

### Nova Subida da Serra

A Nova Subida da Serra (NSS) é um importante investimento da Concer para a infraestrutura viária do Brasil. Após receber autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), a Concer deu início à implantação do Projeto da Nova Subida da Serra da BR-040. O projeto está dividido em 5 lotes de obras e prevê a construção de uma pista com aproximadamente 20 quilômetros de extensão em substituição ao atual trecho de subida da Rio-Petrópolis, em operação há mais de 80 anos. Serão 15 quilômetros de duplicação da atual pista de descida - que apresenta traçado mais moderno - e outros 5 quilômetros que irão compor a extensão de um túnel rodoviário.

### 2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração das demonstrações financeiras em 21 de março de 2014.

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras intermediárias foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos à estimativas incluem: a seleção de vidas úteis do ativo intangível e de sua recuperabilidade nas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. A Companhia efetuou determinadas reclassificações no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as quais foram refletidas nos saldos apresentados em 31 de dezembro de 2012 para fins de comparabilidade, como segue: Abertura da linha de Outras Obrigações do Passivo Circulante, identificando o valor de R\$21 de Seguros a Pagar, R\$367 de Verba de Fiscalização a Pagar e manteve (R\$85) como Outras Obrigações a pagar.

#### 2.1. Conversão de saldos denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação de suas demonstrações financeiras.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía nenhum saldo denominado em moeda estrangeira.

#### 2.2. Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

##### Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

##### Receita de construção

Pelos termos do Contrato de Concessão, a Concessionária deve construir e/ou melhorar a infraestrutura das rodovias que opera. Conforme requerido pelo ICP01 (R1) - Contratos de Concessão, as receitas relativas ao serviço de construção prestado devem ser mensuradas e registradas pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível de concessão.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita.

##### Receitas acessórias

**Receita de juros**  
Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

**2.3. Impostos**  
**Imposto de renda e contribuição social correntes**  
Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

**Imposto de renda e contribuição social diferidos**  
Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

**Tributação**  
As receitas brutas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquota	
		Receitas com pedágio	Demais receitas
Contribuição para o Programa de Integração Social	PIS	0,65%	1,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	3,00%	7,60%
Imposto sobre serviço de qualquer natureza	ISS	5,00%	5,00%

A Companhia adota o regime híbrido de apuração de PIS e COFINS sendo tais encargos apresentados como deduções de receita bruta juntamente com o ISS. Na demonstração de resultado as receitas são apresentadas pelos saldos líquidos dos impostos mencionados acima.

A tributação sobre o lucro do período compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica ("IRPJ") e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido ("CSLL"), compreendendo o imposto corrente e o diferido, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes nas datas dos balanços, sendo elas: (i) Imposto de renda – calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240, no período de 12 meses); (ii) Contribuição social – calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado. As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Para fins de apuração do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido do período findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Companhia utilizou das prerrogativas definidas no RTT.

Os impostos diferidos ativos são decorrentes de diferenças temporárias, foram constituídos em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro – que foi emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis e levaram em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

**2.4. Instrumentos financeiros**

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do período. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber, empréstimos cedidos e outros recebíveis, enquanto que os principais passivos financeiros são contas a pagar a fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos e financiamentos.

**2.5. Contas a receber**

As contas a receber estão apresentadas pelo valor de realização.

**2.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras intermediárias tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Companhia não possuía nenhum ativo e/ou passivo sujeito a ajuste a valor presente.

**2.7. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são inicialmente reconhecidos a valor justo, acrescido do custo da transação diretamente relacionado. São mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo. Os juros não foram capitalizados, visto que as obras efetuadas pela Companhia atualmente não paralisam o andamento das operações, ou seja, a Companhia continua gerando receita, mesmo quando realizando obras na rodovia.

**2.8. Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Os ativos relacionados à concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado.

Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento. A concessionária não tem o direito contratual de receber caixa se houver falta de uso do ativo (rodovias) pelos usuários, mesmo quando o retorno da concessionária tenha um risco muito baixo.

As construções efetuadas durante a concessão são entregues ao poder concedente em contrapartida de ativos intangíveis representando o direito de cobrar dos usuários pelo serviço público a ser prestado, e a receita é oriunda do serviço prestado aos usuários.

O critério definido para amortização do ativo intangível é com base na curva de tráfego projetada até o final do prazo de concessão, desta forma, entende-se que a receita e a amortização do intangível estão alinhadas pelo prazo de concessão.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são capitalizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

**2.9. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

**2.10. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa incluem os saldos de caixa, bancos conta movimento, aplicações financeiras e valores em trânsito referentes a arrecadação das praças de pedágio e aplicações financeiras. As aplicações financeiras resgatáveis são de liquidez imediata, apresentadas como equivalentes de caixa e correspondem aos valores aplicados acrescidos dos rendimentos até a data do balanço.

**2.11. Outros ativos e passivos**

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário são demonstrados como não circulantes.

**2.12. Provisões**

**Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

**Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**2.13. Contratos de concessão – ICPC 01 (R1)**

A Companhia contabiliza os contratos de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) não é registrada como ativo imobilizado da concessionária porque o Contrato de Concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do Contrato de Concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do Contrato de Concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo dos respectivos contratos de concessão.

**2.14. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado**

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A demonstração de valor adicionado foi elaborada de acordo com o CPC 09 – Demonstração do valor adicionado – é apresentada como informação suplementar.

**2.15. Segmentos**

A Companhia não possui diferentes segmentos de negócios e administra o resultado das operações com base na estrutura da demonstração de resultados. Desta forma, não está sendo apresentada qualquer informação por segmento.

**2.16. Lucro por ação**

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 – Resultado por ação.

**2.17. Novos pronunciamentos contábeis**

Alguns pronunciamentos técnicos e interpretações emitidas pelo CPC foram revisados e têm a sua adoção obrigatória para o período iniciado em 01 de janeiro de 2013, sendo que não houve impacto às demonstrações financeiras da Companhia. Abaixo demonstramos as normas que entraram em vigor no ano:

CPC 36 (R3)	Demonstrações consolidadas
CPC 35 (R2)	Demonstrações separadas
CPC 19 (R2)	Negócios em conjunto
CPC 18 (R2)	Investimentos em coligada, em controlada e empreendimento controlado em conjunto

CPC 45 Divulgação de participações em outras entidades  
CPC 46 Mensuração a valor justo  
CPC 33 (R1) Benefícios a empregados

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não efetivas na data destas demonstrações financeiras estão descritas abaixo. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando as mesmas se tornarem efetivas.

CPC 38	Instrumentos financeiros
--------	--------------------------

Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2015, e trata da classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros conforme definido na IAS 39.

CPC 39 Compensação de ativos e passivos financeiros  
Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, esclarece conceitos e critérios de aplicação da norma.

CPC 19 (R2) e outros **Entidades de investimento**  
Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, as revisões fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para entidades de investimento.

**Tributos**  
Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, clarifica o momento em que o passivo de tributos é registrado, quando o fato gerador é contingente.

CPC 38 **Renovação de derivativos e continuação de contabilidade de hedge**  
Com vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, ameniza da descontinuação da contabilidade de hedge quando certos critérios são atingidos.

a) A Companhia estuda os pronunciamentos e revisões que têm sua adoção obrigatória a partir de 01 de janeiro de 2014 e seus respectivos impactos, até o momento não foi identificado nenhum pronunciamento que afete às demonstrações financeiras da Companhia.

**3 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis**

**Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras intermediárias. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

**Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

**Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraria a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

**Impostos**

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto de relacionamentos de negócios, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

**Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**Valor justo de instrumentos financeiros**

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

**Amortização de intangível**

A Companhia efetua a amortização dos saldos do ativo intangível através do índice calculado pela curva de passantes. A estimativa está em conformidade com as práticas contábeis vigentes e é efetuado de acordo com o fluxo de carros estimados até o final da concessão e atualizado mensalmente com o fluxo real através das informações retiradas dos sistemas operacionais da Companhia.

**4 Caixa e equivalentes de caixa**

	2013	2012
Caixas e bancos	3.519	3.433
Aplicações financeiras	219	298
	<b>3.738</b>	<b>3.731</b>

As aplicações financeiras são compostas por Fundos de Investimentos (não exclusivos) de curto prazo, lastreados ao rendimento do CDI, resgatáveis a qualquer momento.

**5 Contas a receber**

	2013	2012
Dbtrans	938	1.014
Visa	1.402	1.157
Auto expresso	1.061	1.579
Via fácil	8.906	6.969
Uso faixa domínio	8.813	8.773
Outros	175	96
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.752)	(1.752)
	<b>19.543</b>	<b>17.836</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa não sofreu alteração neste exercício mantendo o saldo de R\$1.752 em 31 de dezembro de 2013.

	2012						
	Recuperação da rodovia	Operação da rodovia	Melhoramentos	Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros	Outros	Adiantamento a fornecedores	Total
<b>Custo do intangível</b>							
Saldo do custo em 31/12/2011	218.918	23.213	850.052	9.709	416	1.961	1.104.269
Aquisições	42.043	203	18.149	4.087	350	1.377	66.209
Transferências	–	–	3.034	–	–	(3.034)	–
Baixas	–	(4)	–	(621)	–	–	(625)
Saldo do custo em 31/12/2012	260.961	23.412	871.235	13.175	766	304	1.169.853
<b>Amortização acumulada</b>							
Saldo da amortização em 31/12/2011	(118.993)	(22.669)	(314.958)	(1.991)	–	–	(458.611)
Amortização	(11.320)	(657)	(54.683)	(1.612)	–	–	(68.272)
Baixas	–	3	–	432	–	–	435
Saldo da amortização em 31/12/2012	(130.313)	(23.323)	(369.641)	(3.171)	–	–	(526.448)
<b>Valor contábil líquido</b>							
Saldo do intangível em 31/12/2012	130.648	89	501.594	10.004	766	304	643.405
							<b>2013</b>
	<b>Recuperação da rodovia</b>	<b>Operação da rodovia</b>	<b>Melhoramentos</b>	<b>Imobilizações próprias e benfeitoria em bens de terceiros</b>	<b>Outros</b>	<b>Adiantamento a fornecedores</b>	<b>Total</b>
<b>Custo do intangível bruto</b>							
Saldo do custo em 31/12/2012	260.961	23.412	871.235	13.175	766	304	1.169.853
Aquisições	39.249	1.534	33.063	5.108	23.131	46.030	148.115
Transferências	–	–	–	410	(410)	–	–
Baixas/transferências	–	–	–	(328)	–	–	(328)
Saldo do custo em 31/12/2013	300.210	24.946	904.298	18.365	23.487	46.334	1.317.640
<b>Amortização acumulada</b>							
Saldo da amortização em 31/12/2012	(130.313)	(23.323)	(369.641)	(3.171)	–	–	(526.448)
Amortização	(16.692)	(1.830)	(58.198)	(2.231)	–	–	(78.951)
Baixas	–	–	–	168	–	–	168
Saldo da amortização em 31/12/2013	(147.005)	(25.153)	(427.839)	(5.233)	–	–	(605.230)
<b>Valor contábil líquido</b>							
Saldo do intangível em 31/12/2013	153.205	(207)	476.459	13.132	23.487	46.334	712.411

A taxa de amortização é calculada com base no volume de tráfego anual em relação ao volume total de tráfego estimado no período da concessão. A taxa média em 2013 foi de 11,9% (10,3% em 2012). De acordo com o CPC 01 (R1), "Redução ao Valor Recuperável de Ativos", os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização. A Administração efetuou análise do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos quando do encerramento do exercício de 2013, não identificando necessidade de reconhecimento de qualquer perda por conta de redução ao valor recuperável de ativos. Esta análise é efetuada anualmente e a Administração não observou indicadores externos ou internos de que exista perda do valor recuperável de seu ativo intangível.

**7 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

**7.1. Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos podem ser assim demonstrados:

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Financiamento – Intangível				
FINAME	10	-	69	-
FINAME – Guanabara	548	1.096	-	-
BNDES – Subcrédito "a"	-	-	1.626	-
BNDES – Subcrédito "b"	-	-	9.103	-
BNDES – Subcrédito "c"	-	-	3.007	-
ITAU	-	-	-	-
FINEP	1.657	5.248	1.664	6.932
Banco Guanabara-CDC	121	106	119	-
SANTANDER – Debêntures	998	194.673	-	-
	3.334	201.123	15.588	6.932

**Financiamento – Capital de giro**

Banco Santander (Conta Garantida)	25.045	-	67.993	-
Banco Santander (Capital Giro)	-	-	-	-
Banco Itau	10.000	-	-	-
Banco Guanabara	-	-	-	-
Banco ABC	-	-	-	-
Banco Bradesco	-	-	-	-
	35.045	-	67.993	-
	38.379	201.123	83.581	6.932

**Banco Guanabara – FINAME**

Refere-se ao contrato de financiamento do produto BNDES-FINAME para aquisição de 4(quatro) caminhões Mercedes -Bens. O valor dos equipamentos segundo contrato é de R\$1.826,sendo 10% liquidado a vista e o restante R\$1.643, financiado em 36 parcelas, com carência 3 (três) meses para início de amortização. Os juros pactuados em contrato são de 4% ao ano. Contrato de Alienação fiduciária tendo como garantia os veículos adquiridos.

**Contratos BNDES**

• Os subcréditos "a", "b", "c" referem-se ao contrato firmado em 3 de setembro de 2004. Trata-se de financiamento para a duplicação de 37 KM da pista simples da Rodovia BR 040 no trecho entre Matias Barbosa (MG) e Juiz de Fora (MG) incluindo a duplicação de cinco pontes, dois retornos operacionais e a implantação de barreiras medianas tipo New Jersey. Os valores liberados eram amortizados em prestações mensais, com vencimentos iniciados dos subcréditos "a" e "b" em 15 de outubro de 2007 e terminando em 15 de outubro de 2014, e o subcrédito "c" com vencimento iniciado em 15 de janeiro de 2008 e a última em 15 de dezembro de 2014. A taxa de juros do subcrédito "a" é sujeita ao "spread" de 6,625% ao ano acima da taxa variável, relativa ao custo médio de captação de recursos em moeda estrangeira pelo BNDES. A taxa de juros dos subcréditos "b" e "c" é sujeita ao "spread" de 6,625% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada tendo como garantia o aval dos acionistas.

Considerando o montante do endividamento, a Companhia optou por efetuar o pagamento antecipado dos contratos, que ocorreu em abril de 2013. Em cumprimento à cláusula dos contratos nº 03.2.583.3.1 e 06.2.1125.1 a Companhia mantém saldo mínimo em conta vinculada. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo desse depósito vinculado era de R\$1.661 com a liquidação destes contratos este saldo foi desvinculado.

**Banco Itau – Nota Promissória**

A Companhia em 15 de julho de 2013 efetuou a quitação das notas promissórias captadas em abril de 2013 do Banco Itau, com os recursos oriundos das Debêntures emitidas como parte do processo de refinanciamento de dívida.

**Contrato FINEP**

Trata-se de financiamento para custear as despesas incorridas na elaboração dos Estudos e Projetos da Nova Subida da Serra de Petrópolis da Rodovia BR-040, pactuado em 27 de agosto de 2009. Em 30 de dezembro de 2013 o saldo correspondente às parcelas liberadas montam a importância de R\$6.905. Os valores liberados são amortizados em prestações mensais, com vencimento iniciado em 15 de maio de 2011 e terminando em 15 de janeiro de 2018. A taxa de juros é de 8% ao ano – sujeito ao "spread" de 5% ao ano acima da variação da TJLP. A operação foi realizada inicialmente tendo como garantia carta de fiança bancária, no entanto, em 10 de dezembro de 2010, foi assinado termo aditivo ao contrato de financiamento, tendo por objetivo a exclusão das cartas de fiança e inclusão da Triunfo Participações e Investimentos como avalista da operação.

**Contrato Banco Guanabara – CDC**

Trata-se de financiamento para aquisição de veículos (Micro Ônibus Sprinter). A taxa de juros é de 17% a.a. e amortização em 24 meses. Contrato de alienação fiduciária com pagamento da primeira parcela em dezembro de 2013. A garantia são os veículos adquiridos e uma nota promissória no valor de R\$277. Contratos ABN Real e Santander – Conta Garantida O contrato pactuado em 03 de março de 2010, com prazo de renovação trimestral foi quitado em 12 de julho de 2013. Em 04 de setembro de 2013, foi pactuado novo contrato de cédula de crédito bancário – Conta Garantida no valor de R\$25.000 com prazo de renovação semestral. Em 31 de dezembro de 2013 utilizamos o total do recurso disponibilizado. A taxa de juros é de 118% do CDI. Contratos Itau – Conta Garantida

Em 19 de dezembro de 2013 foi pactuado contrato de cédula de crédito bancário – Conta Garantida no valor de R\$10.000 com vencimento para o dia 17 de junho de 2014 e com taxa de juros de 118% do CDI. Segue abaixo a composição dos empréstimos e financiamentos de longo prazo por ano de vencimento:

	2013	2012
2014	-	1.698
2015	1.202	1.698
2016	66.593	1.698
2017	66.593	1.697
2018	66.735	141
	201.123	6.932

**7.2. Debêntures**

	2013		2012	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures	998	194.673	-	-
	998	194.673	-	-

Em 13 de julho de 2013 a Companhia firmou um instrumento particular para emissão de debêntures não conversíveis em ações junto aos bancos Itau e Santander por um montante de R\$200.000 (com um custo de transação de R\$5.607). Em 31 de dezembro de 2013 o saldo a amortizar do custo da transação é de R\$ 5.327.

A data de emissão para todos os fins e efeito foi em 17 de junho de 2013. As debêntures emitidas são de série única, com remuneração semestral a partir da data de emissão, nos meses de junho e dezembro de cada ano. O primeiro pagamento de juros foi efetuado em 17 de dezembro de 2013 no valor de R\$9.541. As mesmas serão remuneradas pela variação acumulada de 100% do CDI, capitalizadas com sobretaxa de 2,10% expressas em na forma percentual ano, base de 252 dias úteis.

O valor nominal unitário das debêntures é de R\$1.000, na data de emissão, sem atualização de valor nominal. Foram emitidas 200 (duzentas) debêntures. O prazo de vencimento das debêntures é de cinco (5) anos. O valor unitário das debêntures será amortizado em três (3) pagamentos anuais iguais e consecutivos, conforme tabela abaixo:

	Porcentual do valor nominal unitário das debêntures
17 de junho de 2016	33,34%
17 de junho de 2017	33,33%
17 de junho de 2018	33,33%
Os recursos são destinados a refinanciamento de dívida, investimento de capital e distribuição de dividendos e terá como garantidor a TPI Triunfo Participações e Investimentos S.A. e a Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário LTDA.. As garantidoras atuarão como fiadoras e são responsáveis pelo pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo o valor nominal unitário das debêntures e a remuneração das debêntures.	
Abaixo a composição das Debêntures de longo prazo por ano de vencimento:	
Ano	Valor amortização
2016	64.891
2017	64.891
2018	64.891
	194.673

**Cláusula de vencimento antecipado**

De acordo com a Escritura de emissão de Debêntures simples, cláusula VII o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas e exigir o imediato pagamento pela Emissora na ciência da ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento elencados a seguir:

- (a) Descumprimento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura.
- (b) Ocorrência de (i) dissolução, liquidação, extinção ou pedido de aut falência da Emissora e/ou das Fiadoras; (ii) decretação de falência da Emissora e/ou das Fiadoras; (iii) pedido de falência formulado, de boa-fé, por terceiros em face da Emissora e/ou das Fiadoras.
- (c) Ocorrência de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado ou decisão em procedimento administrativo contra a Emissora e/ou as fiadoras que resultem no pagamento de valor, individual ou agregado, superior a R\$10.000 no caso da Emissora e da Rio Bonito, consideradas em conjunto, e/ou a R\$40.000 no caso da TPI.
- (d) Declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações contraídas pela Emissora, junto a terceiros em valor, individual ou agregado, superior a R\$ 10.000.
- (e) O inadimplemento pela Emissora na data de vencimento original, e quaisquer obrigações pecuniárias ou financeiras contraídas junto aos Debenturistas.
- (f) Declaração de vencimento antecipado de quaisquer obrigações não financeiras contraídas pela Emissora e/ou pelas Fiadoras junto aos Debenturistas e/ou quaisquer sociedades, direta ou indiretamente, ligadas, coligadas, controladoras ou controladas pelos Debenturistas.
- (g) Cisão, fusão e incorporação da Emissora ou das Fiadoras, exceto por (i) cisão, fusão ou incorporação que mantenham a TPI na posição de controladora societária direta ou indireta da Emissora.
- (h) Caso haja, a qualquer tempo, atraso, suspensão ou paralisação das atividades objeto do Contrato de Concessão por culpa da Emissora, desde que não remediado no prazo de 60 (sessenta) dias corridos contados de referido atraso, suspensão ou paralisação.
- (i) Na hipótese da Escritura de Emissão tomar-se comprovadamente ineficaz, inequívoco ou inválida nos termos de qualquer sentença judicial (que não seja

**8 Transações com partes relacionadas**

Os saldos e transações com partes relacionadas são compostos como segue:

	Passivos Fornecedores		Intangível Recuperação Rodovias		Custos/despesas Conservação/manutenção		Arrecadação/operação	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Consórcio NSS (*)	392	744	1.356	5.495	-	-	-	-
Rio Bonito (**)	597	-	-	-	25.405	23.963	21.826	23.870
Compasa (***)	-	872	5.005	9.294	-	-	-	-
Total	989	1.616	6.361	14.789	25.405	23.963	21.826	23.870

A Concessionária contratou a empresa Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda., para realizar a prestação de serviços especializados de operação da rodovia, serviços de manutenção, conservação e Serviços de Atendimento ao Usuário (SAU) os quais são realizados no trecho sob responsabilidade da Companhia.

O Consórcio Nova Subida da Serra foi contratado para a execução de obras de contenção, recuperação, implantação de acessos e retornos ao longo de toda extensão da rodovia.

A COMPASA foi contratada para realizar serviços de recuperação do pavimento flexível em toda extensão da Rodovia.

**Valores contratuais:**

- a) **Contratos de operação**  
No contrato de operação firmado entre a Companhia e Rio Bonito estão previstos a prestação de serviços especializados de atendimento médico pré-hospitalar, socorro mecânico (quincho e resgate), recolhimento de animais na pista, sistema de pesagem, sistema de rádios e transporte de pessoal. Tal contrato não possui valor global, dependendo de medições e quantidades mensais.
- b) **Contrato de recuperação, conservação e manutenção**  
No contrato de recuperação/conservação/manutenção firmado entre a Companhia e as empresas Rio Bonito e a Compasa estão previstos a realização de serviços em obras de artes correntes, canteiro central e faixa de domínio, elementos de proteção e segurança e pavimentos. Foram firmados preços unitários para cada tipo de serviço. O contrato com a Rio Bonito não possui valor global, dependendo de medições e quantidades mensais. O valor do contrato com a Compasa é de R\$9.858.

**9 Impostos, taxas e contribuições**

**9.1. Impostos a recolher**

	2013	2012
Impostos de renda	900	3.278
Contribuição social	483	1.366
Cofins	638	1.257
PIS	138	273
ISSQN	1.466	1.663
Imposto de renda retido na fonte	272	273
Outros	481	677
	4.378	8.787

**9.2. Parcelamento débitos tributários**

- A Companhia apresenta parcelamento dos seguintes tributos:
- IRPJ e CSLL, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 60 parcelas, contado a partir de março de 2010.
- PIS, o qual é atualizado pela TJLP e tem prazo de amortização em 130 parcelas, contado a partir de setembro de 2006.
- IPTU – Prefeitura Duque de Caxias – 20 (vinte) parcelas mensais, contadas a partir de agosto de 2012.
- ISS – Prefeitura Duque de Caxias – 20 (vinte) parcelas mensais, contadas a partir de dezembro de 2012.

	30/09/2013	31/12/2012
Parcelamento PIS	708	937
Parcelamento IRPJ	2.213	3.870
Parcelamento CSLL	812	1.419
Parcelamento IPTU	42	210
Parcelamento ISS	416	1.225
	4.191	7.661
Passivo circulante	3.238	3.615
Passivo não circulante	953	4.046

**10 Receitas diferidas**

As Receitas diferidas correspondem às receitas decorrentes do contrato de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Embratel pagará à Companhia uma remuneração total de R\$20.709, dos quais R\$7.699 foram antecipados em 11 de outubro de 2007. O saldo do contrato será recebido em 13 parcelas anuais de R\$970 acrescidos de R\$404 referentes ao último período, corrigidas anualmente pelo IGP-M. O contrato teve seu início em outubro de 2007.

A Cervejaria Petrópolis S.A. pagará anualmente à Companhia para implantação de rede de afluente o valor de R\$26 e para implantação de adutora o valor de R\$156. Os contratos tiveram seu início em fevereiro de 2008 e maio de 2011 e são corrigidos anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a Eletronet pagou à Companhia uma remuneração total de R\$7.942. O contrato teve seu início em agosto de 2011.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a CEMIG pagará anualmente à Companhia o valor de R\$1. O contrato teve seu início em outubro de 2011 e é corrigido anualmente pelo IGP-M.

Pela utilização da infraestrutura ao longo da rodovia a TELEBRÁS pagará anualmente à Companhia o valor de R\$284. O contrato teve seu início em setembro de 2012 e é corrigido anualmente pelo IPCA.

A receita recebida antecipadamente, juntamente com os encargos incidentes, está sendo apropriada ao resultado de forma proporcional ao período de vigência dos contratos, o qual está previsto até o término do prazo de concessão. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o saldo líquido das receitas a diferir estavam distribuídos da seguinte forma:

	2013	2012
Eletronet	4.902	5.767
Embratel	4.438	4.899
Cervejaria Petrópolis	50	46
Telebrás	172	162
	9.562	10.875
Passivo circulante	2.481	2.435
Passivo não circulante	7.081	8.440

**11 Provisão para manutenção**

A Companhia constitui provisão para grandes manutenções, quando aplicável, conforme determinado pelo ICPC 01 (R1) e com base no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. Tal provisão tem o objetivo de mensurar adequadamente o passivo com a melhor estimativa do gasto necessário para liquidar a obrigação presente na data do balanço. O saldo da provisão em 31 de dezembro de 2013 é de R\$598 (R\$598 em 31 de dezembro de 2012).

**12 Patrimônio líquido**

a) **Capital social**  
O capital social subscrito e integralizado está representado por ações sem valor nominal. Cada ação ordinária dará direito a um voto nas deliberações em Assembleia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto, mas gozam de prioridade na distribuição de dividendos e no reembolso do capital social, em caso de dissolução da Companhia, salvo no caso de extinção ao término do prazo de concessão, quando a distribuição de dividendos e o reembolso do capital serão procedidos de acordo com o total das participações acionárias. O capital autorizado é de R\$100.000.

Em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro 2012, o capital social é de R\$96.163 e está composto por 2.396.700 ações ordinárias e 4.793.400 ações preferenciais, totalizando 7.190.100 ações.

O capital social em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro 2012 está composto conforme demonstrativo:

uma liminar), e tal inatividade ou inexecuibilidade não seja revertida no prazo de 10 (dez) Dias Úteis da sua ocorrência.

(j) Aplicação dos recursos oriundos da Emissão em destinação diversa da definida nesta Escritura de Emissão.

(k) Pagamento pela Emissora de dividendos e/ou de juros sobre capital próprio na ocorrência de qualquer hipótese de Evento de Inadimplemento, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

(l) Rescisão, anulação, encampação, caducidade da concessão objeto do Contrato de Concessão, exceto caso a Emissora obtenha decisão judicial ou administrativa que permita a regular continuidade das atividades da Emissora dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contados (i) da data de publicação no Diário Oficial do cancelamento, revogação, ou suspensão, ou (ii) data do recebimento, pela Emissora de notificação comunicando o cancelamento, revogação ou suspensão, o que ocorrer primeiro.

(m) Não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações dos alvarás de funcionamento ou licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, exceto caso a Emissora obtenha decisão judicial ou administrativa que permita a regular continuidade das atividades da Emissora dentro do prazo improrrogável de 30 (trinta) dias contado (i) da data de publicação Diário Oficial da não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, ou (ii) data do recebimento, pela Emissora de notificação comunicando a não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, o que ocorrer primeiro.

(n) Decretação de intervenção pela ANTT, desde que tal evento não tenha seus efeitos suspensos ou seja revertido em um prazo de 90 (noventa) dias a contar do recebimento da notificação pela Emissora da ocorrência do referido evento de inadimplemento.

	Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	%
	2013	2012	2013	2012		
Triunfo Participações e Investimentos S.A.	1.497.937	2.995.871	4.493.808	62,5		
Construção CCPS Engenharia e Com. S.A.	431.406	862.810	1.294.216	18,0		
CMSA Participações S.A.	251.654	503.305	754.959	10,5		
CCI Concessões S.A.	215.703	431.404	647.107	9,0		
Pessoas físicas	-	10	10	-		
	2.396.700	4.793.400	7.190.100	100		

Em 31 de dezembro de 2013 o montante total das reservas de lucros excede ao valor do capital social da Companhia. Nos termos do artigo199 da Lei de Sociedades por Ações, a Administração submeterá à Assembleia Geral a proposta para destinação deste excesso que incluirá capitalização ou distribuição de dividendos.

**b) Ajuste de Avaliação Patrimonial**

Refere-se a reserva de reavaliação constituída em anos anteriores com base em laudo emitido por peritos independentes. O seu saldo é apresentado líquido dos efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC01 (R1) o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "ajuste de avaliação patrimonial".

**c) Reserva de lucros retidos**

Foi constituída reserva de lucros com base no resultado do exercício, ajustado pela realização da reserva de reavaliação, não distribuído no exercício.

**d) Reserva estatutária**

De acordo com o estatuto social, deverá ser constituída uma reserva específica para restituição de capital aos acionistas nos casos de extinção da concessão, através da aplicação do percentual de 0,5% sobre os lucros líquidos anuais da Companhia, até atingir o limite máximo de 10% do capital social.

**e) Reserva legal**

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

**f) Lucro por ação**

O cálculo básico do lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do período, pela quantidade de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o período.

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não há diferença entre o cálculo de lucro por ação básico e diluído, uma vez que não há instrumentos diluidores.

**13 Dividendos**

O estatuto social da Companhia prevê dividendo mínimo obrigatório correspondente a 1% do lucro líquido do exercício. O cálculo para pagamento dos dividendos mínimos, conforme prevê o Estatuto Social da Companhia foi como segue:

	2013
Lucro líquido do exercício	30.472
(-) Reserva estatutária (0,5%)	(152)
(-) Reserva legal (5%)	(1.524)
Base para cálculo de dividendo mínimo obrigatório	28.796
(=) Dividendos mínimos obrigatórios (1%)	288

Em 25 de março de 2013, os acionistas aprovaram, através de Assembleia Geral Extraordinária, a distribuição de dividendos à conta de reserva de lucros no montante de R\$ 89.686. Em 30



... continuação das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais – R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

A alíquota nominal dos impostos é de 34,0% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real.

#### 15 Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 26 de abril de 2013 foi aprovada proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia, no montante de R\$ 2.501. O Conselho de Administração é composto por cinco membros.

O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas. A Companhia não possui um plano de opções de ações.

Até 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidos no resultado do período o montante de R\$ 2.548 (R\$ 2.234 em 31 de dezembro de 2012).

#### 16 Cobertura de seguros

A Companhia mantém seguro-garantia, seguro contra danos materiais, perda de receita e responsabilidade civil, dentre outros, conforme demonstrado a seguir:

	Valor da importância segurada	Prazo de vigência
Risco patrimonial – veículo	100% da tabela FIPE (i)	Set/13 a Set/14
Riscos patrimoniais, de engenharia e faturamento	69.169	Dez/12 a Dez/13
Responsabilidade civil	12.920	Dez/12 a Dez/13
Garantia de execução da concessão	13.331	Abr/13 a Abr/14

(i) Preço médio de reposição, calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas – FIPE.

#### 17 Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

A Companhia está envolvida em determinadas questões trabalhistas e cíveis, tanto na esfera administrativa como na esfera judicial. A Administração, com base na opinião de seus assessores jurídicos, considera que as provisões para contingências são suficientes para cobrir perdas prováveis, conforme demonstradas abaixo:

	31/12/2012	Adições	Baixas	31/12/2013
Processos trabalhistas	87	–	(23)	64
Processos cíveis	75	142	(15)	202
Provisão para contingências	162	142	(38)	266

Em 31 de dezembro de 2013, os processos com probabilidade de perda considerados como possíveis pela assessoria jurídica somam o montante de R\$19.198 e referem-se basicamente a indenizações de sinistros na rodovia e verbas rescisória

#### 18 Receita operacional líquida

A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Receita de pedágio	244.150	236.555
Receitas acessórias	4.786	12.867
Receita de construção	102.085	67.517
Imposto sobre serviços	(21.800)	(22.298)
	<b>329.221</b>	<b>294.641</b>

#### 19 Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados apresenta a seguinte composição:

	2013	2012
Manutenção, operação e conservação	(27.554)	(25.369)
Operação	(38.949)	(35.867)
Monitoramento	(207)	(6)
Projetos especiais	(175)	(91)
Custo construção	(102.085)	(67.517)
Pessoal	(11.140)	(8.818)
Amortização	(75.321)	(65.452)
	<b>(255.431)</b>	<b>(203.120)</b>

#### 20 Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, está assim composto:

	2013	2012
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre aplicações financeiras	86	93
Descontos obtidos	8	3
Juros ativos	143	149
Variações monetárias	76	280
	<b>313</b>	<b>525</b>
Despesas financeiras		
Juros sobre financiamentos	(6.501)	(6.909)
Juros diversos	(1.517)	(120)
Juros sobre debêntures	(10.539)	–
Variações monetárias	(295)	(901)
Multa financeira	–	(3.404)
Outros	(3.661)	(2.094)
	<b>(22.513)</b>	<b>(13.428)</b>
	<b>(22.200)</b>	<b>(12.903)</b>

#### 21 Compromissos

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão.

O Programa de Exploração da Rodovia – PER, prevê novos investimentos conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2014	235.317
2015 a 2021	44.955
	<b>280.272</b>

Os valores apresentados foram atualizados de acordo com o índice de atualização da tarifa constante da revisão 20 do PER, aprovada em agosto de 2013. Tal índice foi de 3,73062.

#### Conselho de Administração

Carlo Alberto Bottarelli	– Presidente
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	– Conselheiro
Roberto Ribeiro Capobianco	– Conselheiro
Fabiana Reppucci Vaz de Lima	– Conselheira
Leonardo de Queiroz Sant'Anna	– Conselheiro

#### 22 Objetivo e políticas para gestão de risco financeiro

##### a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia efetuou avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia são apresentados de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 38 – Instrumentos financeiros (Reconhecimento e mensuração), CPC 39 – Instrumentos financeiros (Apresentação) e CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros (Evidenciação).

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

i. Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

ii. Empréstimos e financiamentos – são classificados como mensurados pelo custo amortizado e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, acrescidos dos juros auferidos até a data do balanço. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis.

##### b) Análise de sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia são representados por caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, a pagar, empréstimos e financiamentos, e estão registrados pelo valor de custo, acrescidos de rendimentos ou encargos incorridos, os quais em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 se aproximam dos valores de mercado.

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data-base de 31 de dezembro de 2013, foram definidos três cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP e CDI vigentes em 31 de dezembro de 2013 foram definidos os cenários prováveis para o ano de 2014 e a partir deste calculadas variações positivas de 25% e 50%. Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2014. A data-base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2013 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Operação	Risco	Cenário		
		provável I	II	III
CCB – Santander (CG)	CDI	2.630	3.287	3.945
SANTANDER-Debêntures	CDI	20.545	25.682	30.818
ITAU	CDI	1.050	1.313	1.575
FINEP	TJLP	345	432	518
FINAME	TJLP	1	1	1
FINAME – GUANABARA	TJLP	82	103	123
CDC-GUANABARA	TJLP	11	14	17
		<b>24.664</b>	<b>30.831</b>	<b>36.997</b>

Taxa/índice sujeitos às variações

Taxa/índice sujeitos às variações	CDI	10,50%	13,13%	15,75%
TJLP		5,00%	6,25%	7,50%

Para fins de aplicação financeira, não efetuamos a análise de sensibilidade visto que o risco de variação de cenário é irrelevante.

##### c) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia não dispor de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia.

##### d) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber), e de financiamentos, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras em instituições financeiras.

O faturamento da Companhia é proveniente de cobrança de tarifas de pedágio, com recebimento à vista, pagamentos antecipados e a receber em no máximo 30 dias, provenientes de cobrança automática.

O risco de crédito de saldos com contas correntes e aplicações financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia.

##### e) Risco de mercado

O desenvolvimento do preço do petróleo pode ser citado como um fator externo que seria capaz de prejudicar o desempenho da Companhia. A atividade da Companhia goza de um risco estrutural intrínseco ao negócio, passível de influências da economia brasileira.

A exploração da rodovia pelo setor privado encontra-se a princípio garantido pela presente visão do governo federal, no que toca ao papel do setor privado em setores outrora de exclusividade estatal.

Desconhecemos quaisquer eventos de iniciativa do Governo Federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico-financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

##### i) Risco de taxas de juros e inflação

Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos, ou reduzir o ganho com suas aplicações financeiras. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de mercado.

##### ii) Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem valores captados no mercado. A Companhia não possui instrumentos de "hedge" que a proteja em caso de eventual aumento significativo da taxa de câmbio do dólar norte-americano nem de qualquer outra moeda estrangeira.

##### f) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas 3 (três) praças de pedágio é regulada pelo poder concedente (ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres) que permite manter o equilíbrio econômico – financeiro do contrato.

##### g) Risco regulatório

Desconsideramos quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração da rodovia ou mesmo o equilíbrio econômico – financeiro da Companhia. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, consideramos de probabilidade remota.

A Companhia, segundo pesquisas de opinião, goza de aceitação e satisfação perante o público em geral e não se encontra em processo de medida judicial que possa vir a prejudicar suas atividades.

Quando a eventos provocados pela natureza, entendemos que o trajeto da rodovia, em sua maioria plano e distante de acidentes geográficos potencialmente prejudiciais, não apresenta grandes riscos ao andamento dos trabalhos de reforma e ampliação. Importa ressaltar, por outro lado, que a Companhia encontra-se coberta com apólice de seguros para todos os efeitos.

A geração de caixa futura da Companhia demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia – PER. Consideramos que a Companhia tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

##### h) Operações com derivativos

A Companhia não mantém qualquer tipo de Instrumentos Financeiros Derivativos.

##### i) Gestão de capital

A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ajustada esta estrutura, a Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, captação de novos empréstimos, emissão de notas promissórias.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	2013	2012
Empréstimos e financiamentos (Nota 7)	239.502	90.513
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(3.738)	(3.731)
Dívida líquida	235.764	86.782
Patrimônio líquido	368.584	428.086
Total do capital	604.348	514.868
Índice de alavancagem financeira – %	39,01	16,86

#### 23 Outras receitas operacionais, líquidas

##### Contrato Siemens

Em maio de 1996 a Companhia pactuou contrato com a empresa Siemens Ltda. com o objetivo de fornecimento, instalação e colocação em funcionamento, por parte da contratada, dos sistemas de controle rodoviário. Tal contrato previa o pagamento de 33 (trinta e três) parcelas, das quais a Companhia pagou 19 (dezenove).

Em 21 de janeiro de 2000, por carta endereçada à Siemens, a Companhia rescindiu o contrato, por descumprimento dos prazos e cronogramas acordados, além de negligência no cumprimento das obrigações contratuais por parte da Siemens. Inconformada com a rescisão contratual, a Siemens impetrou ação de cobrança, onde pretendia receber a totalidade das parcelas vincendas.

A ação de cobrança foi julgada improcedente em todas as instâncias da justiça estadual fluminense e levada pela Siemens, através de recurso especial, ao Superior Tribunal de Justiça. Em 11 de março de 2010, tal recurso foi julgado improcedente e a questão judicial, com relação à cobrança das parcelas vincendas, foi finalizada definitivamente e procedida a baixa dos valores contabilizados no passivo e no ativo imobilizado da Companhia.

Oportunamente, a Companhia propôs ação de ressarcimento por danos materiais causados pela rescisão do contrato. Desta nova ação, vários recursos foram interpostos pela Siemens e tramitavam na justiça. Em 27 de fevereiro de 2013, com fundamento no código civil, mediante concessões recíprocas, foi celebrado acordo tendo como objetivo o encerramento de todas as ações judiciais existentes e quaisquer discussões relacionadas ao citado contrato, restando a Siemens o pagamento de indenização no montante de R\$13.000, os quais foram recebidos em abril de 2013.

##### Sinistro indenizado

Em dezembro de 2013 recebemos indenização no valor de R\$5.135 referente aos Sinistros ocorridos em 2011 nas encostas da rodovia, apólice 1-96-4002582-0 contratada da Itaú Seguros.

#### 24 Outras Informações

##### MP 627

Em 17 de setembro de 2013, foi publicada a Instrução Normativa RFB 1.397 (IN 1.397) e em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627 (MP 627) que: (i) revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) a partir de 2015, com a introdução de novo regime tributário; (ii) altera o Decreto-Lei nº1.598/77 pertinente ao cálculo do imposto de renda da pessoa jurídica e a legislação sobre a contribuição social sobre o lucro líquido. O novo regime tributário previsto na MP 627 passa a vigorar a partir de 2014, caso a entidade exerça tal opção. Dentre os dispositivos da MP 627, destacam-se alguns que dão tratamento à distribuição de lucros e dividendos, base de cálculo dos juros sobre o capital próprio e critério de cálculo da equivalência patrimonial durante a vigência do RTT. A Companhia preparou um estudo dos potenciais efeitos da aplicação da MP 627 e IN 1.397 e concluiu que não resultam em efeitos relevantes em suas operações e em suas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, baseada na nossa melhor interpretação do texto corrente da MP. A possível conversão da MP 627 em Lei pode resultar em alteração na nossa conclusão. A Companhia aguarda a definição das emendas à MP 627 para que possa optar ou não pela sua adoção antecipada no exercício fiscal 2014.

#### Diretoria Executiva

Pedro Antônio Jonsson	– Diretor Presidente
Pedro Antônio Jonsson	– Diretor Administrativo e Financeiro
Ricardo Salles de Oliveira Barra	– Diretor de Operações e Engenharia

#### Contadora

Filomena Aparecida Ridolfi	– Contadora
CRC-RJ 081.793/O-3	

#### Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da

**Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. – CONCER**  
Duque de Caxias - RJ

##### Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. – CONCER ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

##### Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

##### Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem

o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

##### Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam

adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. – CONCER, em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

##### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida pela legislação societária brasileira para Companhias de capital fechado. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 21 de março de 2014

**Ernst & Young**  
**Auditores Independentes S.S.**  
CRC – 2SP 015.199/O-6 – F – RJ

**Gláucio Dutra da Silva**  
Contador  
CRC – 1RJ 090.174/O-4